

**A IMPORTÂNCIA DA
FARMACOVIGILÂNCIA NO
CONTROLE DO USO
RACIONAL DE ESPÉCIES
VEGETAIS: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA**

**THE IMPORTANCE OF PHARMACOVIGILANCE IN CONTROLLING THE
RATIONAL USE OF PLANT SPECIES: AN INTEGRATIVE REVIEW**

Ciências da Saúde • 24/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779589211](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779589211)

Daniele dos Santos Dias¹

Larissa Pinheiro Lopes Ramos²

Lana Priscila Barbosa Pereira³

Ana Rafaela Pereira Silva⁴

João Victor Ferreira Araújo⁵

Josinete Lins Melo⁶

Gabriel Roberth Ferreira Coimbra⁷

Giseldo Pinheiro Lopes⁸

RESUMO

O presente estudo teve como finalidade analisar a relevância da farmacovigilância no controle do uso racional de espécies vegetais, considerando seus impactos relacionados à segurança, eficácia e qualidade terapêutica. A pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão integrativa da literatura científica. As buscas foram conduzidas nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores “farmacovigilância”, “reações adversas” e “plantas medicinais”, associados pelo operador booleano AND. Após aplicação dos critérios de elegibilidade previamente definidos, a amostra final foi composta por 10 estudos. Os resultados demonstraram elevada utilização de plantas medicinais e fitoterápicos pela população brasileira, relacionada principalmente a fatores culturais, facilidade de acesso e menor custo em comparação aos medicamentos convencionais. Observou-se ainda que o consumo dessas terapias frequentemente ocorre sem acompanhamento profissional, favorecendo situações de risco, como interações medicamentosas, reações adversas, intoxicações e utilização inadequada das espécies vegetais. Diante disso, evidencia-se a importância do fortalecimento das ações de farmacovigilância, com incentivo à notificação de eventos adversos, ampliação das estratégias educativas e fortalecimento das ações de fiscalização e controle sanitário, visando promover maior segurança no uso dessas terapias.

Palavras-chave: Farmacovigilância; espécies vegetais; uso racional.

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the importance of pharmacovigilance in controlling the rational use of plant species, highlighting its impacts on safety, efficacy, and therapeutic quality.

This is a descriptive and exploratory study, conducted through an integrative literature review. The search for articles was carried in the Virtual Health Library (BVS), PubMed, and Google Scholar databases, using the descriptors "pharmacovigilance," "adverse reactions," and "medicinal plants," combined with the Boolean operator AND. Initially, studies were identified which, after applying the eligibility criteria, resulted in the final selection of 10 articles. The findings evidenced the high use of medicinal plants and phytotherapeutic products in the Brazilian population, associated with factors such as ease of access, reduced cost of conventional medicines, and strong cultural and traditional influence. The studies analyzed also demonstrated that the use of these therapies often occurs without adequate professional guidance, which can increase risks such as drug interactions, adverse reactions, poisoning, and inappropriate use of plant species. These findings reinforce the need to strengthen pharmacovigilance actions, with an emphasis on the notification of adverse events, monitoring, and control of the use of medicinal plants and herbal medicines, aiming to promote the rational and safe use of these therapies.

Keywords: Pharmacovigilance; plant species; rational use.

INTRODUÇÃO

A segurança relacionada ao uso de medicamentos constitui uma preocupação crescente nos sistemas de saúde, tornando a farmacovigilância uma ferramenta essencial para identificação, avaliação e prevenção de riscos associados às terapias medicamentosas. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde estabelece a farmacovigilância como área responsável pelo monitoramento de eventos adversos e demais problemas relacionados ao uso de medicamentos, contribuindo diretamente

para a segurança do paciente e para a qualificação das práticas em saúde (Paul; Sasidharanpillai, 2025).

No cenário brasileiro, essa prática é regida por normativas da ANVISA, que obrigam tanto profissionais de saúde quanto a indústria farmacêutica a monitorar e reportar eventos adversos (Anvisa, 2020). Contudo, a teoria regulatória ainda enfrenta obstáculos práticos: a baixa adesão às notificações e a participação limitada da população acabam por restringir a eficácia real das ações de vigilância no país (Vogler *et al.*, 2020; Mota *et al.*, 2021).

Este desafio ganha novas nuances quando analisamos o uso crescente de espécies vegetais para fins terapêuticos, um hábito profundamente enraizado em questões culturais e saberes tradicionais. Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), as plantas medicinais e os fitoterápicos foram formalmente integrados por meio de políticas públicas que buscam expandir o leque de opções de tratamento, sempre prezando pelo binômio qualidade e segurança (Moraes *et al.*, 2020; De Lima *et al.*, 2021).

Apesar da ampla aceitação social das terapias naturais, ainda persiste a percepção de que produtos de origem vegetal apresentam baixo potencial de risco. Entretanto, o uso indiscriminado dessas substâncias, sem orientação adequada, pode resultar em interações medicamentosas, reações adversas, intoxicações e falhas terapêuticas, principalmente em situações marcadas pela ausência de padronização e controle de qualidade (Kahraman *et al.*, 2020; Ruver-Martins *et al.*, 2024). O problema se acentua em feiras livres e comércios informais, onde a baixa regulação sanitária abre margem para adulterações e contaminações (Oliveira *et al.*, 2021; Balaji *et al.*, 2022).

Essa percepção de segurança inerente aos produtos naturais acaba incentivando o consumo sem qualquer acompanhamento profissional. Quando o saber popular ignora os riscos potenciais, a comunicação com os serviços de saúde é negligenciada, o que mascara a ocorrência de eventos adversos e dificulta o trabalho da farmacovigilância (Mugale *et al.*, 2024). Soma-se a isso o fato de que os sistemas de notificação raramente estão integrados à rotina clínica, o que esvazia as bases de dados necessárias para um monitoramento robusto (Mota *et al.*, 2021).

Diante dessa realidade, a farmacovigilância assume um papel estratégico. Ela não apenas ajuda a quantificar riscos, mas atua diretamente na promoção do uso racional de terapias vegetais. Os sistemas mantidos pela ANVISA são, portanto, ferramentas vitais para o fortalecimento da vigilância sanitária e para o acompanhamento desses pacientes (Da Costa Resende *et al.*, 2020).

Essa necessidade de controle é particularmente evidente na Atenção Primária à Saúde. Embora a inclusão de práticas integrativas seja um avanço no cuidado, a falta de protocolos clínicos rígidos e a carência de capacitação profissional podem colocar a segurança do usuário em xeque. Para reverter esse quadro, é essencial investir em educação em saúde e em uma atuação multiprofissional que minimize os danos associados ao consumo de plantas (Patrício *et al.*, 2022; Haraguchi *et al.*, 2020).

Há também um desafio técnico: a complexidade química das plantas dificulta a padronização e o controle de qualidade. Por essa razão, o fortalecimento das ações regulatórias é o único caminho para assegurar que o uso terapêutico desses vegetais seja, de fato, eficaz e seguro (Pinto *et al.*, 2021; Balaji *et al.*, 2022).

Em última análise, os benefícios dos produtos naturais só se concretizam quando amparados por práticas seguras e acompanhamento técnico. A convergência entre políticas públicas, rigor sanitário e educação torna-se o alicerce para proteger a população. Com base nesse cenário, este estudo investiga a importância da farmacovigilância no controle do uso racional de espécies vegetais, analisando seus reflexos na segurança, na eficácia e na qualidade do cuidado terapêutico.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza descritiva, com abordagem exploratória, desenvolvido a partir de revisão integrativa da literatura. Esse método possibilita reunir e analisar evidências científicas disponíveis acerca de determinada temática, favorecendo a síntese do conhecimento produzido e ampliando a compreensão sobre o objeto investigado (Gil, 2022).

O problema de pesquisa que norteou o estudo foi: “Qual a importância da farmacovigilância no controle do uso racional de espécies vegetais?”. A partir dessa questão, foi realizada a busca dos artigos nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Google Acadêmico. Para a estratégia de busca, foram utilizados os descritores em português “farmacovigilância”, “reações adversas” e “plantas medicinais”, aplicados de forma isolada e combinada por meio do operador booleano AND, com o objetivo de ampliar a sensibilidade e a especificidade dos resultados encontrados.

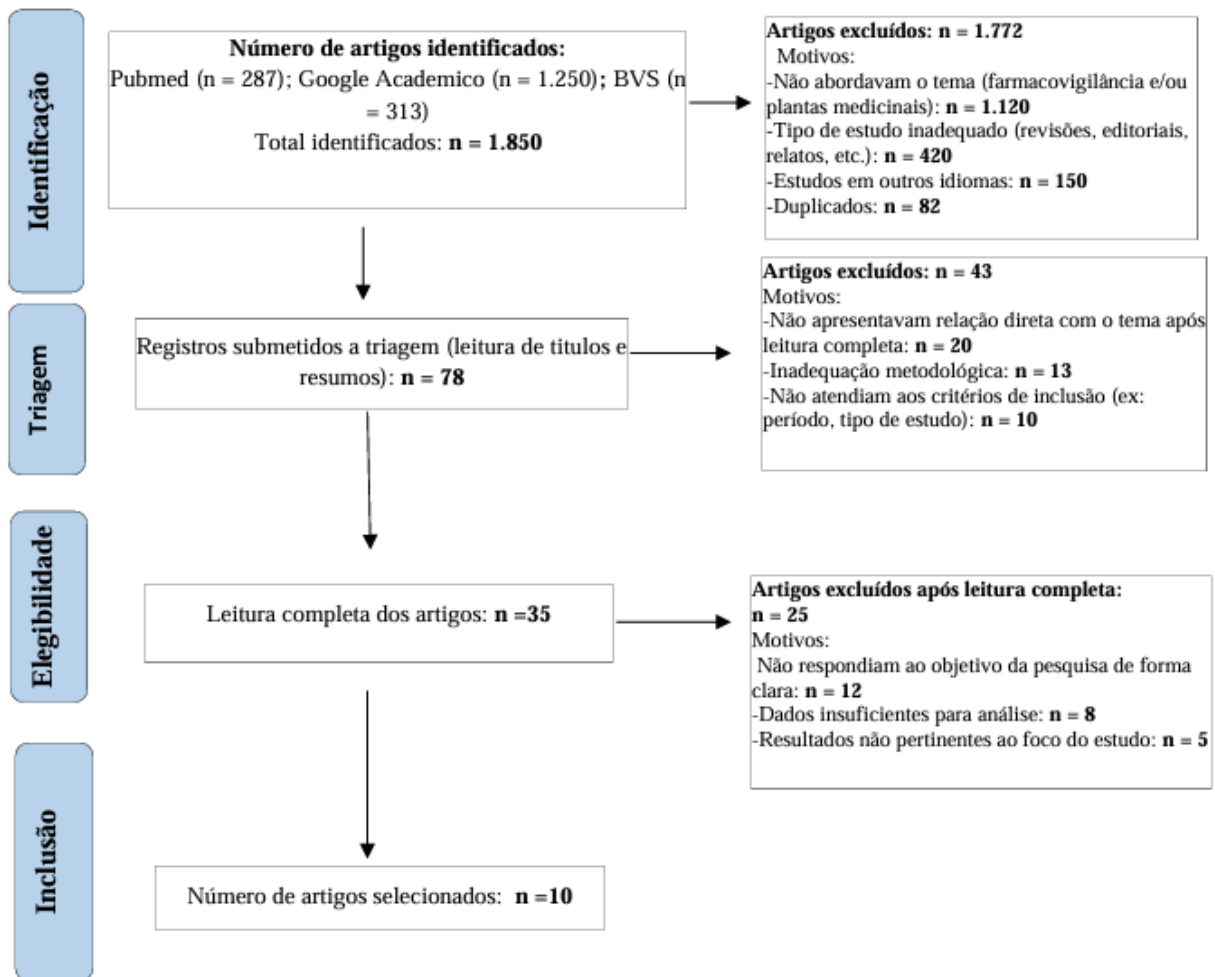
Foram incluídos estudos originais disponíveis na íntegra, publicados entre 2015 e 2025, no idioma português, e que abordassem aspectos

relacionados à farmacovigilância associada ao uso de plantas medicinais. Excluíram-se revisões de literatura, trabalhos duplicados, estudos sem relação direta com a temática proposta e publicações em idiomas distintos do português. A aplicação desses critérios visou garantir a relevância e a qualidade científica dos estudos selecionados.

Inicialmente, foram identificados 1.850 artigos nas bases de dados selecionadas. Na etapa de triagem, após a leitura dos títulos e resumos, 1.772 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos, sendo: 1.120 por não abordarem diretamente a temática da farmacovigilância e/ou o uso de plantas medicinais, 420 por apresentarem tipo de estudo inadequado (como revisões, editoriais e relatos), 150 por estarem publicados em idiomas diferentes do português e 82 por se tratarem de duplicidades entre as bases consultadas, restando 78 artigos para análise. Na etapa de elegibilidade, procedeu-se à leitura completa dos 78 estudos, dos quais 43 foram excluídos, sendo 20 por não apresentarem relação direta com o tema após leitura integral, 13 por inadequação metodológica e 10 por não atenderem aos critérios de inclusão previamente definidos, resultando em 35 estudos elegíveis. Posteriormente, após análise detalhada, 25 artigos foram excluídos, sendo 12 por não responderem de forma clara ao objetivo da pesquisa, 8 por apresentarem dados insuficientes para análise e 5 por não apresentarem resultados pertinentes ao foco do estudo. Dessa forma, a amostra final foi composta por 10 artigos que atenderam a todos os critérios estabelecidos. O processo de seleção dos estudos está apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da busca de seleção dos estudos

Identificação dos artigos via bases de dados e registros



Fonte: Autores (2026)

Para a organização e análise dos dados, os artigos selecionados foram sistematizados em um quadro sinóptico, elaborado com o objetivo de facilitar a visualização e comparação das principais informações extraídas dos estudos incluídos. Nesse quadro, foram contempladas variáveis como título, autores, ano de publicação, delineamento metodológico, principais resultados e conclusões, permitindo uma análise estruturada e padronizada dos achados. Essa etapa possibilitou a identificação de convergências e divergências entre os estudos, bem como a compreensão dos principais aspectos relacionados à farmacovigilância no uso de espécies vegetais.

A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem temática e comparativa, a partir da leitura aprofundada dos estudos selecionados. Inicialmente, procedeu-se à organização das informações em categorias temáticas, definidas conforme a similaridade dos conteúdos abordados. Em seguida, os resultados foram analisados de forma crítica, buscando estabelecer relações entre os achados e o objetivo proposto pela pesquisa. Esse processo permitiu não apenas descrever os dados, mas também interpretá-los de forma integrada, contribuindo para uma discussão mais consistente e fundamentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quadro 1 estão apresentados os 10 estudos incluídos nesta revisão, os quais possibilitaram a análise dos principais achados relacionados à farmacovigilância no contexto do uso de plantas medicinais.

A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível identificar diferentes abordagens acerca da temática investigada. Dessa forma, os resultados foram organizados em categorias temáticas, considerando os principais aspectos discutidos pelos autores, favorecendo uma interpretação mais estruturada dos achados encontrados.

Quadro 1 – Distribuição dos artigos, autor e ano de publicação, título, objetivos, metodologia e principais resultados

Autor e Ano	Título	Metodologia	Principais resultados
--------------------	---------------	--------------------	------------------------------

Lima, <i>et al.</i> , 2015	Farmacovigilância no Brasil: perfil das notificações de produtos a base de espécies vegetais	Estudo descritivo retrospectivo usando dados do sistema NOTIVISA (2008–2012); análise no EpiInfo; formulários de extração de dados (variáveis gerais e, em caso de EA, formulário específico); análises descritivas e testes de associação (Qui-quadrado/Fisher).	Das 50.824 notificações de medicamentos no período, 399 (0,79%) referiam-se a produtos à base de espécies vegetais — 389 queixas técnicas e 10 eventos adversos;
Lima, <i>et al.</i> , 2022	Uso concomitante de ansiolíticos e plantas medicinais: Será que há risco?	Estudo observacional transversal, questionário online aplicado via redes sociais (Google Forms); n = 252 voluntários; coleta março–abril/2022; análise descritiva (Excel).	67,1% usaram medicação contínua; 19,8% relataram uso de ansiolíticos; respostas sobre leitura de bulas e conhecimento de interações variaram (p.ex. 82,4% disseram já ter lido a bula; 58,8% não sabiam sobre a ciência das interações); conclusão: fitoterápicos usados para distúrbios do sono merecem atenção por risco em
Ferreira <i>et al.</i> , 2022	Uso de plantas medicinais pela população de Alfenas, Minas Gerais, Brasil.	Estudo descritivo transversal. Questionário padronizado aplicado em locais públicos a uma amostra de n = 422 (maiores de	61,8% dos entrevistados usam plantas ocasionalmente; plantas mais usadas: hortelã (21,1%), erva-cidreira (17,4%), camomila (7,3%),

		<p>18 anos); coleta set/2019–mar/2020; dados tabulados com dupla conferência; análise por estatística descritiva (Excel, EpiInfo) e testes (Qui-quadrado). Instrumento validado e submetido a piloto.</p>	<p>alfavaca (4,3%), boldo (4,1%); chás foram a forma preferida (71,3%); 15 participantes relataram suspeita de efeito adverso (11 casos identificados), e relatos de uso baseado em família/TV/internet — apontando lacunas de orientação e necessidade de padronização/educação.</p>
<p>Nicácio <i>et al.</i>, 2020</p>	<p>Potenciais interações entre medicamentos alopáticos e fitoterápicos/plantas medicinais no Município de Rondonópolis – MT.</p>	<p>Estudo transversal de base populacional (amostra por conglomerados em dois estágios; indivíduos ≥ 20 anos). Coleta por visitas domiciliares (jan–mar/2018) com formulário semiestruturado (testado). Validação do uso via método Landry (confirmação por embalagem/receita); identificação de interações usando base Medscape® e literatura.</p>	<p>Participaram 370 indivíduos; 131 (35,40%) relataram consumo concomitante de plantas/fitoterápicos e medicamentos alopáticos; prevalência de fitoterápicos 7,3% (n=27); uso concorrente fitoterápico+alopático: 21 (5,67%); fitoterápicos mais citados: Ginkgo biloba (21,74%), Camellia sinensis (8,69%), Harpagophytum procumbens (8,69%), Passiflora incarnata (8,69%), Valeriana officinalis (8,69%). Indicação de risco de interações principalmente em idosos e uso concomitante.</p>

<p>Chaves, <i>et al.</i>, 2020</p>	<p>Farmacovigilância em idosos: observações acerca da prática de polifarmácia.</p>	<p>Estudo transversal, descritivo e quantitativo com 23 idosos (>60 anos) participantes da “Oficina Benefícios e Riscos do uso de Medicamentos e Plantas Medicinais” (entrevistas individuais com questionário padronizado; dados tabulados em Excel).</p>	<p>Dos 23 idosos, 15 (65,2%) estavam em polifarmácia (≥5 meds); foram relatados 76 fármacos, com destaque para anti-hipertensivos (78,2%). 14,4% dos fármacos relatados foram considerados PIM segundo Critério de Beers; 52,2% da amostra usavam ao menos 1 PIM. Psicofármacos foram frequentes (10 idosos — 43,4%). As autoras ressaltam necessidade de acompanhamento multiprofissional e atenção à iatrogenia medicamentosa</p>
<p>Moreira <i>et al.</i>, 2023</p>	<p>Fitovigilância no Serviço Especial de Saúde de Araraquara – São Paulo – Brasil</p>	<p>Estudo transversal com entrevistas semiestruturadas (n = 63 pacientes da clínica médica do SESA); dados coletados em 2013; análise descritiva em planilha (Excel).</p>	<p>70% dos entrevistados relataram uso atual ou progresso de plantas medicinais; 60% mulheres; faixa etária predominante 60–69 anos; erva-cidreira (<i>Melissa officinalis</i>) a mais citada; 50,33% obtêm informações com familiares; 82% não informam o médico sobre o uso; desconhecimento sobre riscos de uso concomitante com fármacos. Conclui pela necessidade de ações educativas e</p>

			estabelecimento de protocolos de
Ramos <i>et al.</i> , 2021	O uso de plantas medicinais no município de Teófilo Otoni-MG e cidades vizinhas	Estudo exploratório com aplicação de questionários semiestruturados a uma amostra de 761 pessoas; coleta em abril-maio/2020; tabulação em Excel; análise descritiva.	Alta prevalência de uso (86,2% dos entrevistados usam plantas medicinais); maioria feminina ($\approx 62,7\%$); faixa etária predominante 49-58 anos; principal fonte de conhecimento: família; plantas com propriedades analgésicas/anti-inflamatórias foram as mais citadas; baixa busca por orientação de profissionais da saúde.
Oliveira <i>et al.</i> , 2018	Conhecimento e uso de plantas medicinais por usuários de Unidades Básicas de Saúde na região de Colombo, PR	Estudo observacional transversal com questionário estruturado aplicado em quatro UBS (n = 101), maio-junho/2016; análise descritiva em Excel.	72,28% dos entrevistados utilizavam plantas medicinais; predominância de mulheres; camomila, hortelã e capim-limão foram as espécies mais citadas; $\sim 70\%$ cultivam as plantas; apenas 26,56% sabiam que plantas medicinais podem causar efeitos deletérios; uso informado majoritariamente por familiares (conhecimento
Scheid; Fajardo, 2020	Uso de plantas medicinais por idosos	Estudo descritivo de abordagem qualitativa, com entrevistas	A maioria dos idosos (20 de 22) fazia uso de plantas medicinais, principalmente

	<p>adscritos á atenção primária em Porto Alegre/RS e potenciais interações planta-medicamentoso</p>	<p>semiestruturadas realizadas com 22 idosos.</p>	<p>marcela (<i>Achyrocline satureioides</i>) e camomila (<i>Matricaria chamomilla</i>), associadas a práticas de autocuidado aprendidas na família. Identificaram-se potenciais interações entre plantas e fármacos, como entre gengibre e anticoagulantes, alecrim e indutores enzimáticos, e poejo com risco de hepatotoxicidade. O estudo destaca a necessidade de orientação profissional e avaliação do uso de plantas medicinais em idosos polimedicados, dada a vulnerabilidade dessa população</p>
<p>Haraguchi <i>et al.</i>, 2020</p>	<p>Impacto da Capacitação de Profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia.</p>	<p>Estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa. Foram convidados 165 profissionais da rede pública (enfermeiros, médicos, farmacêuticos, dentistas, nutricionistas, fisioterapeutas e biomédicos). 114 responderam ao</p>	<p>O curso impactou positivamente a prática profissional: houve aumento significativo ($p < 0,001$) na recomendação e prescrição de plantas medicinais e fitoterápicos, maior conhecimento sobre riscos e interações planta-fármaco e ampliação de atividades educativas (hortas medicinais, grupos de chás). A capacitação estimulou</p>

		questionário e 73 participaram de entrevistas presenciais.	a formação continuada e a visão multiprofissional da fitoterapia, mas não aumentou as notificações de reações adversas. Os resultados reforçam a importância da educação permanente e da fitovigilância.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Para estruturar a análise dos dados coletados, os estudos foram organizados em três eixos temáticos. Essa divisão não apenas facilita a compreensão dos resultados, mas permite uma progressão lógica: partimos da importância da farmacovigilância, passamos pelos riscos identificados e finalizamos com os desafios práticos do sistema brasileiro. Essa categorização foi fundamental para identificar padrões recorrentes e sustentar uma discussão crítica e articulada sobre as evidências disponíveis.

Importância da Farmacovigilância para o Controle do Uso Racional de Plantas Medicinais

Sobre as plantas medicinais, a farmacovigilância atua como uma sentinela essencial para detectar eventos adversos e queixas técnicas. Contudo, Lima *et al.* (2015) revelam uma fragilidade preocupante: as notificações de produtos vegetais ocupam uma fatia muito pequena do total de registros. Essa subnotificação mascara padrões de risco e sugere que, embora o uso dessas terapias seja massivo, os sistemas de vigilância ainda não

conseguem captar a real dimensão dos problemas de segurança enfrentados pelos usuários.

Essa lacuna de dados é alimentada, em grande parte, pelo silêncio no consultório. Lima *et al.* (2015) e Lima *et al.* (2022) observam que os pacientes raramente mencionam o uso de fitoterápicos durante o atendimento, o que cega o profissional para possíveis interações medicamentosas e retira a sensibilidade do sistema de vigilância. Sem esse diálogo, a análise clínica torna-se incompleta, evidenciando que a segurança do paciente depende de uma comunicação mais aberta e menos punitiva.

A informalidade é outro traço marcante desse cenário. Ao investigar o comportamento da população, Ferreira *et al.* (2022) notaram que a maioria dos usuários consome plantas medicinais sem qualquer respaldo profissional. Esse padrão parece ancorado na falsa premissa de que tais terapias são inofensivas, o que estimula o uso indiscriminado e amplia a exposição a riscos desnecessários.

O perigo aumenta quando essas plantas entram em contato com a medicina alopática. Nicácio *et al.* (2020) demonstram que o uso concomitante de ervas e fármacos sintéticos é frequente, elevando exponencialmente as chances de interações medicamentosas graves. Tal realidade exige que os serviços de saúde sejam mais proativos em investigar o que o paciente consome em casa, integrando a farmacovigilância à rotina da assistência.

A necessidade de monitoramento torna-se ainda mais urgente diante da falta de transparência entre usuário e profissional. Moreira *et al.* (2023) reforçam que, sem essa troca de informações, intervenções oportunas tornam-se quase impossíveis. Em grupos

mais vulneráveis, como os idosos, o quadro se agrava. Scheid e Fajardo (2020) destacam que a combinação de polimedicação e plantas medicinais sem supervisão potencializa riscos, exigindo um olhar individualizado e constante dos serviços de saúde.

Nesse processo de mudança, a qualificação das equipes é o motor principal. Segundo Haraguchi *et al.* (2020), a capacitação não serve apenas para aumentar as prescrições, mas para tornar o profissional mais investigativo e atento. Por outro lado, é preciso lidar com o peso da tradição. Ramos *et al.* (2021) e Oliveira *et al.* (2018) mostram que o conhecimento familiar ainda dita as regras do consumo, muitas vezes ignorando a ciência. Assim, a farmacovigilância deve atuar como uma ponte, unindo o saber popular ao rigor científico para garantir que o uso dessas espécies seja, de fato, racional.

Principais Riscos e Efeitos Adversos no Uso de Espécies Vegetais

Ao analisar os riscos, os estudos apontam uma variedade de problemas que vão desde reações orgânicas até falhas na qualidade do produto. Um dado intrigante trazido por Lima *et al.* (2015) é que as queixas técnicas superam as notificações de eventos adversos, o que pode indicar que profissionais e usuários têm dificuldade em reconhecer e classificar um agravo à saúde como algo vindo de uma planta.

No que tange às interações químicas, o cenário é preocupante. Lima *et al.* (2022) identificaram o uso de fitoterápicos junto a medicamentos de ação central, como os benzodiazepínicos. O problema central aqui é o desconhecimento: os usuários raramente sabem que essa mistura pode ser perigosa, gerando eventos adversos que sequer chegam a ser monitorados.

Mesmo espécies consagradas pelo uso popular não podem ter sua segurança garantida de forma cega. Ferreira *et al.* (2022) relatam diversas suspeitas de reações adversas, o que reforça que a falta de orientação transforma o benefício em dano. Essa vulnerabilidade também é confirmada por Nicácio *et al.* (2020), que apontam a necessidade de maior rigor clínico no acompanhamento de pacientes que misturam o "natural" com o sintético.

Para os idosos, essa vulnerabilidade é física e estatística. Scheid e Fajardo (2020) explicam que as comorbidades típicas da idade, somadas ao uso de múltiplos remédios, tornam qualquer interação com plantas medicinais um evento de alto risco. No entanto, mesmo onde o risco é conhecido, o registro é escasso. Haraguchi *et al.* (2020) observaram que mesmo após capacitar profissionais, a cultura da notificação (fitovigilância) não se consolida facilmente, sugerindo que o entrave é mais institucional do que apenas técnico.

O aspecto cultural também desempenha um papel inibidor. Ramos *et al.* (2021) e Oliveira *et al.* (2018) confirmam que a crença na "pureza" das plantas faz com que muitos usuários ignorem possíveis efeitos colaterais. Se a população não acredita que a planta pode fazer mal, ela não busca ajuda quando o sintoma aparece. Moreira *et al.* (2023) concluem que essa soma de automedicação e baixa regulação cria um ambiente de insegurança que só pode ser combatido com ações integradas de vigilância e educação.

Desafios e Perspectivas para a Fitovigilância no Brasil

Consolidar a fitovigilância no Brasil exige superar barreiras estruturais e culturais profundas. Lima *et al.* (2015) apontam que a baixa qualidade dos dados coletados pelos sistemas atuais engessa

a tomada de decisão. Sem dados confiáveis, as ações de vigilância tornam-se reativas e pouco eficientes no controle de riscos.

A barreira do diálogo continua sendo um dos maiores desafios. Moreira *et al.* (2023), Ramos *et al.* (2021) e Oliveira *et al.* (2018) convergem na ideia de que a omissão do uso de plantas pelo paciente inviabiliza o cuidado integrado. Além disso, a dificuldade em compreender como ocorrem as interações medicamentosas limita a capacidade da população de se autoprotoger (Lima *et al.*, 2022), o que demanda informações mais claras e acessíveis ao cidadão comum.

A educação surge, então, como o caminho mais viável. Haraguchi *et al.* (2020) mostram que ações educativas transformam a prática clínica, embora sozinhas não resolvam o problema das notificações. É preciso que essas ações sejam contínuas e apoiadas por políticas de Estado.

Na Atenção Primária, o desafio é trazer a planta medicinal para dentro do prontuário. Scheid e Fajardo (2020) defendem que o acompanhamento profissional de rotina é a melhor forma de reduzir danos. Como perspectiva futura, Moreira *et al.* (2023) sugerem que a criação de protocolos específicos de fitovigilância e o fortalecimento da educação em saúde podem finalmente tirar o sistema da inércia, garantindo que o uso dessas terapias tradicionais seja sinônimo de segurança e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos incluídos nesta revisão permitiu compreender que a farmacovigilância aplicada ao uso de plantas medicinais ainda enfrenta importantes limitações no contexto da saúde pública,

apesar da ampla utilização dessas terapias pela população. Os achados evidenciaram que o consumo de espécies vegetais ocorre, em grande parte, de maneira empírica, sustentada principalmente por conhecimentos populares e pela percepção de que produtos naturais apresentam menor potencial de risco. Entretanto, os estudos demonstraram que essa prática pode favorecer a ocorrência de interações medicamentosas, reações adversas e outras complicações relacionadas ao uso inadequado desses produtos.

Além disso, observou-se que a subnotificação de eventos adversos e a baixa integração entre usuários e profissionais de saúde representam obstáculos relevantes para a consolidação da fitovigilância no Brasil. A insuficiência de registros e a limitação no acompanhamento clínico dificultam a produção de dados consistentes sobre segurança, comprometendo a capacidade dos sistemas de vigilância em identificar riscos e desenvolver estratégias preventivas mais efetivas. Nesse sentido, os resultados deste estudo reforçam a necessidade de fortalecimento das ações de monitoramento, bem como da ampliação da capacitação profissional voltada ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos.

Outro aspecto importante identificado refere-se à necessidade de maior articulação entre conhecimento científico, práticas populares e políticas públicas de saúde. Embora o uso tradicional das plantas medicinais possua relevância cultural e social, sua incorporação ao cuidado em saúde deve ocorrer de forma segura e baseada em evidências científicas. Dessa forma, torna-se fundamental ampliar as ações de educação em saúde e estimular o diálogo entre profissionais e usuários, favorecendo práticas terapêuticas mais seguras e conscientes.

Por fim, este estudo contribui para a discussão sobre a importância da farmacovigilância no controle do uso racional de espécies vegetais, ao evidenciar fragilidades ainda presentes nos processos de monitoramento e segurança desses produtos. Espera-se que os achados apresentados possam subsidiar futuras pesquisas e incentivar o fortalecimento de estratégias de fitovigilância, contribuindo para a qualificação da assistência em saúde e para a promoção do uso seguro de plantas medicinais no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES JUNIOR, Ademir da Silva et al. Plantas medicinais e fitoterápicos regulamentados no Brasil: risco de toxicidade por metais pesados. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 1, e39111124994, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/24994/21997>. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 406, de 22 de julho de 2020. Dispõe sobre as boas práticas de farmacovigilância para detentores de registro de medicamento de uso humano, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 116, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-406-de-22-de-julho-de-2020-268953151>. Acesso em: 4 out. 2025.

BALAJI, Raju; PARANI, Madasamy. DNA barcoding of herbal powder market samples of a single drug reveals adulteration with taxonomically unrelated plant species. **Diversity**, Basel, v. 14, n. 6, p.

495, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1424-2818/14/6/495>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CHAVES, Maria Rita Resende et al. Farmacovigilância em idosos: observações acerca da prática de polifarmácia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 87568-87578, nov. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19781>. Acesso em: 4 out. 2025.

FERREIRA, Ezequiel da Costa et al. Temporal assessment of the medicinal plants trade in public markets of the state of Paraíba, northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, [S. l.], v. 17, n. 70, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13002-021-00496-3>. Acesso em: 4 out. 2025.

FERREIRA, Amanda Carolina Correa et al. Uso de plantas medicinais pela população de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 29-38, 2022. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/1122>. Acesso em: 4 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769883>. Acesso em: 24 nov. 2025.

HARAGUCHI, Linete Maria Menzenga et al. Impacto da capacitação de profissionais da rede pública de saúde de São Paulo na prática da fitoterapia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, n. 1, e017, 2020. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/LhQmyY5gvq6rPct9bdfqzMP/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2026.

IM, Hyea Bin et al. Assessing the safety and use of medicinal herbs during pregnancy: a cross-sectional study in São Paulo, Brazil. **Frontiers in Pharmacology**, Lausanne, v. 14, p. 1-11, 2023. Disponível

em: <https://www.frontiersin.org/journals/pharmacology/articles/10.3389/fphar.2023.1268185/full>. Acesso em: 4 out. 2025.

KAHRAMAN, Cidigem; ARITULUK, Zekieye; CANKAYA, Tatli. A importância clínica das interações herbo-medimento e os riscos toxicológicos de plantas e produtos fitoterápicos. **Medical Toxicology**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.intechopen.com/chapters/71771>. Acesso em: 14 abr. 2026.

LAPA, Antonio José et al. Farmacologia e toxicologia de produtos naturais. In: SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira et al(org.). **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 6. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. p. 247-262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582710029>. Acesso em: 17 nov. 2025.

LIMA, Carolina Miranda de Sousa et al. Phytopharmacovigilance in the Elderly: Highlights from the Brazilian Amazon. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, [S. l.], v. 2019, art. 9391802, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1155/2019/9391802>. Acesso em: 4 out. 2025.

LIMA, Guilherme et al. Uso concomitante de ansiolíticos e plantas medicinais: será que há risco? **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, e59711730219, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/30219/26201/348442>. Acesso em: 13 maio 2026.

LIMA, Luís Otávio; VOSGERAU, Márcia Zanéte; GOMES, Edmilson C. Farmacovigilância no Brasil: perfil das notificações de produtos à base de espécies vegetais. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 105–115, 2015.

LIMA, Maria Valéria Chaves de et al. Plantas medicinais e fitoterápicos no universo das práticas integrativas e complementares: um estudo bibliométrico. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Rio de Janeiro, v. 95, n. 34, e-021074, 2021. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1167>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MASTROIANNI, Patrícia; VARALLO, Fabiana R. **Farmacovigilância para promoção do uso correto de medicamentos**. Porto Alegre: Artmed, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582710029>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MORAES, F. et al. Plantas medicinais e fitoterapia no SUS em Itapeva/SP: integrando saberes e conhecimentos para o cuidado em saúde. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 248–259, 2020. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/898>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MOREIRA, Raquel Regina Duarte et al. Fitovigilância no Serviço Especial de Saúde de Araraquara – São Paulo – Brasil. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 53–63, 2023. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/1167>. Acesso em: 4 out. 2025.

MOTA, Daniel Marques; VIGO, Álvaro; KUCHENBECKER, Ricardo. Formulários de notificação de reações adversas a medicamentos dos sistemas de farmacovigilância no Brasil e em outros doze países latino-americanos: uma análise comparativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 537-548, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KvhCqHb6c3HvYyFNWDvVk9b/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MUGALE, Madhav et al. Uma revisão abrangente sobre segurança pré-clínica e toxicidade de plantas medicinais. **Clinical Complementary Medicine and Pharmacology**, [S. l.], v. 4, n. 1, art. 100129, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2772371224000020>. Acesso em: 14 abr. 2026.

NICÁCIO, Raquel Aparecida Rodrigues et al. Potenciais interações entre medicamentos alopáticos e fitoterápicos/plantas medicinais no Município de Rondonópolis – MT. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 19, n. 3, p. 417–422, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/02/1357921/33253-texto-do-artigo-168887-1-10-20210323.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

NILAKANTH, Mugale et al. A comprehensive review on preclinical safety and toxicity of medicinal plants. **Clinical Complementary Medicine and Pharmacology**, [S. l.], v. 4, art. 100129, 2024. Disponível

em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2772371224000020>. Acesso em: 4 out. 2025.

OLIVEIRA, Francisca Carla et al. O uso e a diversidade da flora medicinal vendida no mercado aberto da cidade de Oeiras, região semiárida do Piauí, Brasil. **Ethnobotany Research and Applications**, [S. l.], v. 21, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/305>. Acesso em: 14 abr. 2026.

PATRÍCIO, Karina Pavão et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 677–686, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wzC3GWydBNNhpTX9kNWFGdk/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2025.

PAUL, Anju E.; SASIDHARANPILLAI, S. Papel da farmacovigilância no monitoramento da segurança de medicamentos. **Indian Dermatology Online Journal**, Mumbai, v. 16, n. 1, p. 1-10, 2025. Disponível em: https://journals.lww.com/idoj/fulltext/2025/07000/role_of_pharmacovigilance_in_drug_safety.3.aspx. Acesso em: 14 abr. 2026.

PINTO, Teresa et al. Bioactive polyphenols and volatile compounds of vegetables, medicinal and aromatic plants. **Foods**, Basel, v. 10, n. 1, p. 106, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-8158/10/1/106>. Acesso em: 14 abr. 2026.

RAMOS, Lucas Daniel Esteves et al. O uso de plantas medicinais no município de Teófilo Otoni-MG e cidades vizinhas. **Revista Saúde e Vida Portaria**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. Disponível

em: <https://rsv.ojsbr.com/rsv/article/download/117/113/9502>. Acesso em: 4 out. 2025.

RESENDE, Ana Lúcia da Costa et al. A importância da notificação de eventos adversos frente à segurança do paciente e à melhoria da qualidade assistencial: uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 1, e2222, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2222>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ROXO, Ana Paula da Silva et al. Fitovigilância: avaliação das interações e reações adversas de fitoterápicos no mercado. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 46–57, 2022. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/2008>. Acesso em: 4 out. 2025.

RUVER-MARTINS, Ana Carolina; RIBAS, Bárbara Riesemberg da Cunha. Interações medicamentosas entre medicamentos fitoterápicos e alopáticos: uma revisão de literatura sobre potenciais interações e suas manifestações. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 18, e1629, 2024. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/1629>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SCHEID, Taína; FAJARDO, Ananyr Porto. Uso de plantas medicinais por idosos adscritos à Atenção Primária em Porto Alegre/RS e potenciais interações planta-medicamento. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 103–117, 2020. Disponível em: <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/801>. Acesso em: 4 out. 2025.

SETHI, Sumeet Singh et al. Advancing herbal medicine safety: the need for a global pharmacovigilance approach. **Naunyn-Schmiedeberg's Archives of Pharmacology**, [S. l.], v. 398, n. 4, p. 1-12, 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40338319/>. Acesso em: 4 out. 2025.

TAVARES, José Caetano. **Plantas medicinais: uso, orientações e precauções**. 3. ed. São Paulo: Thieme Brazil, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788567661766>. Acesso em: 6 abr. 2026.

VALERIO, Caroline Albert et al. Panorama das notificações de eventos adversos a medicamentos manipulados no Brasil após implementação do VigiMed. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí, v. 24, n. 48, e14710, 2024. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/14710>. Acesso em: 4 out. 2025.

VOGLER, Marcelo et al. Sistemas de relatórios eletrônicos em farmacovigilância: a implementação do VigiFlow no Brasil. **Pharmaceutical Medicine**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 189-197, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40290-020-00349-6>. Acesso em: 14 abr. 2026.

WELLS, Barbara G.; DIPIRO, Joseph T. et al. **Manual de farmacoterapia**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on safety monitoring of herbal medicines in pharmacovigilance systems**. Geneva: WHO,

2004. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/43034>. Acesso em: 4 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Safety monitoring of medicinal products:** the importance of pharmacovigilance. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/002b78d5-4dfc-433c-a518-f92ebdee8706/content>. Acesso em: 4 out. 2025.

¹ Discente do curso de farmácia da Faculdade Supremo Redentor-FACSUR. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Farmacêutica - Especialista em Farmácia Clínica e Hospitalar. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Química - Doutora em Química Analítica

⁴ Farmacêutica - Especialista em Análises Clínicas

⁵ Farmacêutico - Especialista em Farmácia Clínica e Hospitalar

⁶ Enfermeira - Especialista em UTI Neonatal e Pediátrica

⁷ Farmacêutico - Especialista em Manipulação Magistral Alopática e Hematologia Clínica

⁸ Enfermeiro - Mestre em Meio Ambiente